



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

Rua Sorbone, 375, ., Centreville - CEP 13560-760, Fone: (16) 3368-3260, São Carlos-SP - E-mail: saocarlosjec@tjsp.jus.br

TERMO DE AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO

Processo nº: **1013731-41.2016.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - DIREITO DO CONSUMIDOR**
 Requerente: **Lucia Helena de Aguiar Vieira, CPF 144.474.228-08 - Advogadas Dr^{as} Ariadne Trevizan Leopoldino e Mariana Veiga Sepulchro**
 Requerido: **Itaú Unibanco S/A, CNPJ 60.701.190/0001-04 - Advogada Dr^a Patrícia Barbosa dos Santos e preposta Sr^a Lilia Maria Formigoni Melosi**

Aos 06 de junho de 2017, às 15:00h, na sala de audiências da Vara do Juizado Especial Cível, do Foro de São Carlos, Comarca de São Carlos, Estado de São Paulo, sob a presidência do **MM. Juiz de Direito Dr. Silvio Moura Sales**, comigo escrevente ao final nomeado, foi aberta a audiência de instrução e julgamento, nos autos da ação entre as partes em epígrafe. Apregoadas, constatou-se o comparecimento das partes acima identificadas, bem como de suas advogadas. Presentes também as testemunhas da autora, Srs. Arnaldo, Joice e Silmara. Renovada a proposta de conciliação esta foi rejeitada pelas partes. Na sequência passou o MM. Juiz a tomar os depoimentos das testemunhas presentes, em termos em separado, e nos termos dos Provimentos de n.ºs. **866/2004** do Eg. Conselho Superior da Magistratura e **2304/2004** da Eg. Corregedoria Geral da Justiça, **foi(ram) gravado(s) em mídia (CD)** que será arquivado em cartório, em pasta própria, à disposição das partes. Certifico mais e finalmente, que a gravação do(s) depoimento(s) teve a ciência da(s) parte(s) e respectivo(a)(s) advogado(a)(s), o(a)(s) ficou/caram ciente(s) de que na hipótese de necessidade da “degravação” do(s) referido(s) depoimento(s), será incumbência da(s) parte(s). Terminados os depoimentos e não havendo mais provas a serem produzidas, a seguir, pelo MM. Juiz foi proferida a seguinte sentença: *“VISTOS. Dispensado o relatório, nos termos do art. 38, da Lei 9099/95. Decido. Trata-se de ação em que a autora alegou que no dia 02 de dezembro de 2016, por volta das 15 horas, tentou sacar o valor de um cheque que recebera na condição de professora da UNICEP. Alegou ainda que a funcionaria que a atendeu lhe dispensou tratamento preconceituoso, causando-lhe danos morais cujo ressarcimento postula. O réu em contestação não impugnou específica e concretamente os fatos descritos na petição inicial. Não se manifestou tampouco sobre o Boletim de Ocorrência lavrado em decorrência do evento (fls. 15/16). Como se não bastasse, deixou de produzir provas neste ato que atestassem ter dispensado à autora tratamento adequado. Reunia condições para tanto, com a oitiva da própria funcionária que atendeu a autora e de outras pessoas que tivessem presenciado o episódio, mas nada fez a respeito. Em contraposição, a autora produziu provas suficientes que respaldam sua explicação. Dos depoimentos hoje colhidos, o de Arnaldo Gomes Vieira é significativo na medida em que, acompanhando a autora, confirmou que houve uma demora de aproximadamente 25 minutos para que ela conseguisse sacar o valor do cheque que recebera da Universidade onde trabalha, quando em outras situações o mesmo procedimento durou entre 5 e 6 minutos. A testemunha também confirmou que em todas as oportunidades a autora apresentava o cheque que desejava descontar e documento contendo sua foto, para demonstrar que era a pessoa em nome de quem o título fora emitido. Por fim, a testemunha deixou claro que somente no episódio em pauta foram feitas inúmeras perguntas à autora (a respeito de telefone da Universidade, do nome de alguma secretária que lá trabalhava e do que fazia na instituição), que denotava desconfiança quanto à legitimidade da cártula. Aliás, frase nesse sentido deixou de ser ouvida pela testemunha, em consonância com o relato inicial (fls. 03, antepenúltimo parágrafo). A circunstancia de se tratar do marido da autora não assume maior relevância, seja porque é compreensível que ele a acompanhasse então pelo valor que seria sacado, seja porque as demais testemunhas inquiridas, conquanto não presenciais,*



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

Rua Sorbone, 375, ., Centreville - CEP 13560-760, Fone: (16) 3368-3260, São Carlos-SP - E-mail: saocarlosjec@tjsp.jus.br

forneceram subsídios que atuam em favor da autora. Nesse sentido, Joice Aparecida Arruda Moscardini Gonçalves atendeu a autora no Banco para onde ela se dirigiu após o evento objeto da ação. Disse que ela estava bastante nervosa e chorava muito, mostrando-se indignada com o tratamento que recebera de funcionária do réu ao desconfiar de que não poderia receber o valor representado no cheque. Outrossim, Silmara Cristina Fanti ouviu semelhante relato da autora após o episódio, deixando claro que ela estava bastante agitada e desestabilizada, tanto que teria recebido até mesmo atendimento médico por causa de problema relacionado a elevação de sua pressão arterial. A conjugação desses elementos, aliada a ausência de outros que apontassem para outra direção, conduz ao acolhimento da pretensão deduzida. O tratamento dispensado à autora à evidência foi inadequado, tanto que em ocasiões anterior e posterior envolvendo a autora e também a testemunha Silmara não houve qualquer espécie de indagação semelhante as tratadas nos autos. Bastou a exibição do cheque nominal e de documento comprobatório de que se tratava da pessoa favorecida para que o saque se consumasse. Todavia, não foi o que se deu na hipótese vertente, havendo base consistente para levar à idéia de que tudo se deu pela desconfiança de que a autora não poderia receber o valor do cheque. É o que basta para caracterização dos danos morais indenizáveis. Desnecessárias maiores considerações a propósito do desgaste de vulto a que foi exposta a autora quando submetida a tamanho constrangimento. Qualquer pessoa mediana que estivesse em seu lugar teria idêntica sensação, como atestam as regras de experiência comum (art. 5º da Lei nº 9099/95). Quanto ao valor da indenização, contudo, não poderá ser o proclamado pela autora, que transparece excessivo. Assim, à míngua de preceito normativo que discipline a matéria, mas atento as condições econômicas das partes e ao grau do aborrecimento experimentado, de um lado, bem como a necessidade da fixação não constituir enriquecimento indevido da parte e nem aviltar o sofrimento suportado, de outro lado, arbitro a indenização devida à autora em R\$ 10.000,00. Isto posto, **JULGO PROCEDENTE** em parte a presente ação, para condenar o(a) requerido(a) à pagar ao(à) autor(a), a importância de **R\$ 10.000,00**, com correção monetária a partir desta data e juros legais desde a citação. Deixo de condenar a ré em custas e honorários de advogado, ante o que dispõe o art. 55 da Lei 9099/95. Publicada em audiência, dou por intimadas as partes. **REGISTRE-SE**". Saem intimados os presentes e cientes de que este termo será visualizado nos autos virtuais somente com a assinatura digital do MM Juiz, porquanto o impresso e assinado pela(s) parte(s), não será digitalizado para os autos, eis que ficará arquivado em cartório, pelo prazo máximo de até 2 (dois) anos NADA MAIS. E, para constar, lavrei o presente termo que vai devidamente assinado. Eu, Evandro Genaro Fusco, Escrevente Técnico Judiciário, digitei.

Requerente:

Adv. Requerente: Ariadne Trevizan Leopoldino

Adv. Requerente: Mariana Veiga Sepulchro

Requerido - preposta:

Adv. Requerido: Patrícia Barbosa dos Santos

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO A MARGEM DIREITA